

Polícia levou 3 dias para notificar dono de quiosque em que Moïse foi morto

Polícia levou 3 dias para notificar dono de quiosque em que Moïse foi morto

Apuração de caso no Rio de Janeiro foi acelerada após mobilização da família e repercussão

Italo Nogueira,
Júlia Barbon e
Ana Luíza Albuquerque

RIO DE JANEIRO O inquérito sobre a morte do congolês Moïse Mugenyi Kabagambe, 24, apresentado à Justiça mostra que a Polícia Civil levou ao menos três dias para intensificar as investigações sobre o caso. Elas foram aceleradas após manifestações da família no fim de semana.

O dono do quiosque Tropicália, onde Moïse foi morto, foi notificado no dia 28 para comparecer à Delegacia de Homicídios — três dias depois do registro da morte do congolês. A determinação era que ele se apresentasse nesta quarta-feira (2).

Os autos também não deixam claro quando as imagens do crime foram apreendidas. Depoimento do responsável pelo quiosque indica que isso só ocorreu três dias depois.

A apuração foi acelerada após protestos da família no sábado (29) em frente ao quiosque Tropicália. O comerciante se apresentou na terça-feira (1º) à polícia, um dia antes do determinado, após a repercussão do caso.

Aleson Cristiano de Oliveira Fonseca, 27, Brendon Alexander Luz da Silva, 21, e Fábio Pirineus da Silva, 41, funcionários de dois quiosques da orla, confessaram a participação no crime, segundo a polícia, e foram presos temporariamente nesta terça, com base nos novos depoimentos obtidos no mesmo dia.

"Tivemos uma semana praticamente sem nada feito. A partir da mobilização da sociedade e da visibilidade que a imprensa deu ao caso, em três dias, de 31 até hoje [terça], o inquérito andou e já existem pessoas presas", afirmou Alvaro Quintão, presidente da comissão de direitos humanos da OAB RJ.

Procurada para comentar a condução da investigação, a Polícia Civil afirmou que as "informações serão esclarecidas durante a investigação, que está em andamento e segue sob sigilo".

Moïse foi morto a pauladas na noite do dia 24. De acordo com os documentos do inquérito, o registro de ocorrência foi feito na madrugada do dia 25. Naquele momento, a polícia não tinha a identificação exata do congolês.

O primeiro depoimento tomado naquela madrugada foi



Quiosque Tropicália, na praia da Barra da Tijuca, no Rio, onde Moïse Mugenyi Kabagambe trabalhava. Tércio Teixeira/Folhapress

do funcionário do Tropicália com quem Moïse discutiu antes de começar a ser agredido.

Neste primeiro momento, a testemunha mentiu aos policiais sobre o que havia acontecido. Ele disse que estava colocando gelo dentro do isopor de coco quando ouviu os gritos do congolês e presenciou o início das agressões. O funcionário do quiosque também disse aos agentes que não conhecia os autores nem a vítima.

Esta testemunha retificou sua versão nesta terça e confirmou que sua discussão com Moïse originou a confusão e identificou os responsáveis pelas agressões.

Na tarde do dia 25, o irmão de Moïse foi ouvido após reconhecer o corpo da vítima no IML (Instituto Médico-Legal). Nele, a polícia tomou conhecimento de que o congolês trabalhou no Tropicália e que a testemunha o conhecia.

Novo depoimento só foi tomado na sexta-feira (28). Uma prima de Moïse identificou o primeiro nome do dono do quiosque e menciona a existência de imagens do crime.

No sábado (29), a família do congolês organizou um protesto em frente ao quiosque com cobertura da imprensa local. Depois disso, o caso



O congolês Moïse Mugenyi Kabagambe. Reprodução Facebook

“Tivemos uma semana praticamente sem nada feito. A partir da mobilização da sociedade e da visibilidade que a imprensa deu ao caso, em três dias, de 31 até hoje [terça], o inquérito andou e já existem pessoas presas

Alvaro Quintão presidente da comissão de direitos humanos da OAB RJ

ganhou nova velocidade. Na terça, oito pessoas foram ouvidas. Entre elas, os três suspeitos que admitiram a autoria do crime, segundo a polícia.

Com base nesses depoimentos e nas imagens coletadas, a autorização para as prisões temporárias foi solicitada à Justiça, oito dias após o crime. O pedido foi apresentado ao plantão judiciário sob o argumento de que havia risco de "grande risco de manifestações violentas como protesto" pelo crime.

O inquérito juntado na Justiça não deixa claro quando as imagens foram apreendidas pela polícia. Não há qualquer auto de apreensão do material no processo.

O depoimento do dono do quiosque indica que ele só foi procurado no dia 28, quando foi intimado a depor.

O comerciante disse à polícia que foi abordado por parentes de Moïse no dia seguinte ao do crime. Ele relatou à polícia ter explicado a eles "que já tinha solicitado o técnico responsável pelas câmeras, para que pudessem pegar as imagens, bem como informou que aguardava ser solicitado pela polícia".

"Na mesma semana, policiais civis se apresentaram no quiosque solicitando as imagens, o que foi atendido prontamente pelo declarante", disse ele no depoimento.

A investigação começou tendo como principal suspeito uma pessoa investigada por outro homicídio a pauladas na praia da Barra no início do mês. Ao relatar a suspeita, o inquérito já indica a existência de imagens de câmeras de segurança no quiosque.

Em seu parecer, o Ministério Público menciona a falta de clareza sobre o momento em que as imagens foram coletadas.

Nesta quarta (2), o governador Cláudio Castro (PL) elogiou a atuação da polícia no caso. "Se todos os crimes fossem resolvidos em nove dias,

a polícia mereceria ainda mais medalhas. A polícia está de parabéns. Não faço nenhuma crítica à polícia. Erros em investigação causam vícios, por causa da pressa. Não há demora. Cobro sempre por uma polícia técnica", disse ele.

Família diz que foi intimidada por dois policiais militares

RIO DE JANEIRO A família do congolês Moïse Mugenyi Kabagambe diz que se sentiu intimidada pela atitude de dois policiais militares que compareceram ao quiosque três vezes desde o crime.

Segundo os parentes, a primeira vez foi na própria noite das agressões, em 24 de janeiro. A dupla teria sido chamada no local depois que o Samu chegou — os recortes do vídeo das agressões que foram divulgados à imprensa pela Polícia Civil não mostram esse momento.

A segunda vez em que os policiais apareceram foi no dia seguinte à morte, uma terça-feira, quando parentes e amigos de Moïse foram até a Barra da Tijuca (zona oeste) tentar entender o que havia acontecido. Eles contam que estavam fazendo perguntas ao dono e ao funcionário do quiosque Tropicália, e depois a uma mulher de outro quiosque.

A intenção era que o proprietário acompanhasse a família até a Delegacia de Homicídios para dar depoimento, o que até aquele momento ainda não havia acontecido. Segundo os relatos, o proprietário disse que iria buscar o carro, mas demorou.

Nesse meio tempo, segundo os parentes, os policiais surgiram, pediram documentos do grupo e fizeram perguntas sobre o que havia acontecido, mesmo supostamente já tendo estado no local no dia anterior.

A gravação em áudio de parte da conversa, obtida pela Folha, mostra um agente afirmando que os comerciantes não eram obrigados a dar explicações à família, e sim apenas ao delegado. A comerciante chega a dizer que tudo bem, mas o policial insiste.

Procurada nesta quarta-feira (2) para comentar a situação, a Polícia Militar afirmou que "todas as questões pertinentes ao caso estão sendo investigadas pela Delegacia de Homicídios da Capital".

O motivo das agressões que levaram à morte do congolês ainda não está claro. A família diz que Moïse trabalhava na praia havia cerca de cinco anos e se queixou algumas vezes de que recebia suas diárias e comissões com erros ou com atraso. Eles acham que naquele dia ele foi cobrar diárias atrasadas.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Cotidiano Caderno: B Pagina: 1